



**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS- IFAL  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL- UAB  
POLO ARAPIRACA  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**ARIANE DA SILVA MORAIS**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS AOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO:  
UMA ANÁLISE DO PROGRAMA PONTAPÉ DA EDUCAÇÃO EM ARAPIRACA/AL**

**ARAPIRACA, AL  
2024**

**ARIANE DA SILVA MORAIS**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS AOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO:  
UMA ANÁLISE DO PROGRAMA PONTAPÉ DA EDUCAÇÃO EM ARAPIRACA/AL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de graduação em Administração Pública-UAB ofertado pelo Instituto Federal de Alagoas no Campus Arapiraca, como requisito parcial para obtenção de diploma de bacharel em Administração Pública.

**Orientador:** Prof. Dr. Fabiano Santana dos Santos

**ARAPIRACA, AL  
2024**



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**  
**Instituto Federal de Alagoas**  
***Campus Arapiraca***

---

M827p

Morais, Ariane da Silva.

Políticas públicas destinadas aos alunos de graduação: uma análise do programa pontapé da educação em Arapiraca/AL / Ariane da Silva Moraes. – 2024.

1 PDF: il., color., (1 arquivo: 1,4 MB).

Arquivo digital no formato PDF do trabalho acadêmico com 41 folhas.

Orientação: Prof. Dr. Fabiano Santana dos Santos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração Pública) – Instituto Federal de Alagoas, Universidade Aberta do Brasil, *Campus Arapiraca*, Arapiraca, 2024.

1. Estágio – formação profissional. 2. Estágio pontapé. 3. Educação – políticas públicas. I. Título.

CDD: 371.425

---

**Luciete Barbosa da Silva**  
**Bibliotecária CRB-4/1739**


**ARIANE DA SILVA MORAIS**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS AOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO:  
UMA ANÁLISE DO PROGRAMA PONTAPÉ DA EDUCAÇÃO EM ARAPIRACA/AL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Administração Pública-UAB ofertado pelo Instituto Federal de Alagoas no *Campus* Arapiraca, como requisito parcial para obtenção de diploma de bacharel em Administração Pública.

Aprovado em: 03/09/2024.

**BANCA EXAMINADORA:**

 Documento assinado digitalmente  
**FABIANO SANTANA DOS SANTOS**  
Data: 17/10/2024 14:46:12-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Fabiano Santana dos Santos


Instituto Federal de Alagoas – IFAL

 Documento assinado digitalmente  
**JOAO MARCOS MOTT PAVANELLI**  
Data: 17/10/2024 14:55:00-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. João Marcos Mott Pavanelli

Universidade Federal de Alagoas – UFAL

 Documento assinado digitalmente  
**ACURCIO CASTELO DAVID**  
Data: 17/10/2024 16:22:23-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Acurcio Castelo David

Universidade Federal de Alagoas – UFAL

## **AGRADECIMENTO**

A Deus, por ter permitido que eu tivesse saúde e determinação para não desanimar durante os anos de curso, e na realização deste trabalho.

A instituição, em especial aos professores/tutores por tudo o que aprendi ao longo dos anos de curso.

Ao nosso coordenador, com sua disponibilidade e paciência para auxiliar em todos os processos e sempre nos motivar a continuar.

A nossa tutora de polo, que aos sábados de manhã sempre nos recebia para aplicação das provas e/ou trabalhos com um sorriso no rosto.

Ao meu orientador, que com muita paciência e perspicácia mostrou-me o caminho a seguir para finalização desse trabalho.

Aos meus colegas de turma, por compartilharem comigo tantos momentos de descobertas e aprendizado e por todo o companheirismo que foi fundamental para a conclusão do curso.

A minha família, que de forma direta e indiretamente me impulsionaram para alcance desse objetivo.

As minhas amigas do período de estágio, com quem aprendi muito durante os dois anos na secretaria escolar, tanto no profissional quanto como pessoa.

Aos diretores da escola, que me receberam com tanto afeto e cuidado, me incentivando e encorajando nessa jornada.

Ao meu marido, por todo apoio, paciência, carinho e amor. Por tudo que foi preciso superar e adiar em nossas vidas, nesses quatro anos de curso em especial nesse último.

## RESUMO

Este trabalho investiga o programa de estágio Pontapé e sua eficácia na formação profissional de estudantes de Administração Pública e de empresas, com ênfase no segundo edital, Pontapé da Educação. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa por meio de um estudo de caso, permitindo uma análise aprofundada das experiências práticas proporcionadas pelo programa e seus impactos na formação acadêmica e profissional dos participantes. A revisão da literatura e a análise documental contextualizam a importância do estágio, especialmente à luz da Lei nº 11.788/2008. O estudo revela que o programa não só aprimora as competências dos estudantes, mas também atua como um suporte financeiro essencial, destacando a necessidade de políticas públicas que garantam experiências significativas de estágio e a comunicação eficaz sobre essas oportunidades. Apesar dos resultados positivos do Programa Pontapé, as críticas identificadas oferecem oportunidades valiosas para sua melhoria. Abordar expectativas de efetivação, aumentar a divulgação e revisar a carga horária pode potencializar os benefícios e enriquecer a experiência dos participantes. O feedback dos estagiários é crucial para a evolução do programa, garantindo que ele atenda às suas necessidades e contribua para a formação profissional. Além disso, o estágio curricular não apenas promove a aquisição de competências práticas, mas também fomenta uma visão crítica sobre o serviço público. Essa vivência capacita os alunos a entenderem as estruturas organizacionais e as implicações sociais de suas ações, preparando-os para serem agentes de mudança em suas comunidades e contribuindo para uma administração pública mais eficiente e ética. Essa sensibilização social é essencial em tempos que demandam maior participação cidadã e responsabilidade social.

**Palavras-chaves:** estágio; Pontapé; formação; educação.

## ABSTRACT

This work investigates the Pontapé internship program and its effectiveness in the professional training of students in Public Administration and Business, with an emphasis on the second call, Pontapé da Educação. The research adopts a qualitative approach through a case study, allowing for an in-depth analysis of the practical experiences provided by the program and its impacts on the academic and professional development of participants. The literature review and document analysis contextualize the importance of internships, particularly in light of Law No. 11.788/2008. The study reveals that the program not only enhances students' competencies but also serves as essential financial support, highlighting the need for public policies that ensure meaningful internship experiences and effective communication about these opportunities. Despite the positive results of the Pontapé Program, the identified criticisms offer valuable opportunities for improvement. Addressing expectations for implementation, increasing outreach, and reviewing the workload can enhance the benefits and enrich the participants' experience. Feedback from interns is crucial for the program's evolution, ensuring that it meets their needs and contributes to their professional development. Furthermore, the curricular internship not only promotes the acquisition of practical skills but also fosters a critical perspective on public service. This experience enables students to understand organizational structures and the social implications of their actions, preparing them to be agents of change in their communities and contributing to a more efficient and ethical public administration. This social awareness is essential in times that demand greater civic engagement and social responsibility.

**Keywords:** internship; Pontapé; training; education.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CRA	Coeficiente de Rendimento Acadêmico
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
EAD	Ensino à Distância
EAESP	Escola de Administração de Empresas de São Paulo
EBAP	Escola Brasileira de Administração Pública
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GEE	Gerências Especiais de Educação
GERES	Gerências Regionais
IFAL	Instituto Federal de Alagoas
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização Unidas das Nações
SEDUC	Secretaria de Educação
SEPLAG	Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e, a Cultura
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e, a Cultura.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	12
2.1	Estágio na Formação Profissional .....	12
2.2	Formação Profissional: Contribuição para a Administração Pública.....	14
<b>3</b>	<b>CONTEXTO HISTÓRICO DO ESTÁGIO NO BRASIL</b> .....	17
3.1	Mudanças na legislação .....	17
<b>4</b>	<b>PROGRAMA PONTAPÉ</b> .....	19
4.1	Edital da Educação .....	20
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	23
5.1	Instrumentos para Coleta de dados.....	24
<b>6</b>	<b>ANÁLISE DE DADOS</b> .....	25
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	33
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	36
	<b>APÊNDICE A</b> .....	38
	<b>ANEXO A</b> .....	39
	<b>ANEXO B</b> .....	40

## 1. INTRODUÇÃO

O curso de graduação em Administração Pública teve sua maior valorização com a promulgação da Constituição Federal de 1988, visto que foi onde se iniciou as mudanças dentro da sociedade brasileira, nas demandas sociais, políticas e econômicas. Trouxe a partir da necessidade do estudo da gestão pública no Brasil e da Nova Administração, se baseando em leis e princípios constitucionais e assim distinguindo o Direito Público do Direito Privado. Enquanto a Administração de Empresas foca no funcionamento e visa o lucro das organizações privadas e seus particulares, a Administração Pública foca-se em fazer cumprir as leis e o acesso das pessoas aos seus direitos, garantindo máxima eficiência e total transparência em seus atos.

Entretanto, o desenvolvimento dos estudos da Administração ocorreu bem antes no Brasil. O primeiro curso de Administração Pública no Brasil foi criado em 1952, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro. Este curso surgiu em um contexto de modernização e profissionalização do serviço público brasileiro, refletindo a crescente necessidade de formar gestores capacitados para atuar nas administrações públicas federal, estadual e municipal. Após a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) em 1938, houve um aumento na demanda por profissionais qualificados para gerenciar os novos processos administrativos e implementar as políticas públicas de maneira eficiente. A criação do curso de Administração Pública foi uma resposta a essa demanda, com o objetivo de formar quadros técnicos especializados para atuar no setor público. (FGV, 2024).

Após visitas realizadas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em universidades norte-americanas, no ano de 1952, foi criada a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP). Com o apoio da Organização Unidas das Nações (ONU), e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e, a Cultura (UNESCO), essas com a função em garantir a manutenção dos professores de outros países na escola, com o auxílio de bolsa de estudo e aperfeiçoamento na formação dos docentes. Em 1954, a FGV, que buscou apoio dos governos Federal, Estadual e da iniciativa privada, na criação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP). Os primeiros cursos de Administração Pública surgem nas décadas de 1960 e 1970, como uma resposta à necessidade na formação de gestores para o setor público, a FGV foi pioneira nesse campo com a criação do curso de Administração Pública no país. Em 1980, houve uma expansão do curso, outras universidades começam a

oferecer o curso de Administração Pública, refletindo o crescente interesse e a demanda por profissionais especializados em gestão pública. O reconhecimento e regulamentação do curso ocorreram no ano 2000, com a aprovação de diretrizes específicas pelo Ministério da Educação (MEC). Em 2010, cresce a oferta de cursos de Administração Pública, expandido para diversas universidades e instituições de ensino superior em todo Brasil, dessa forma ampliando o acesso à formação especializada na área. (CFA, 2024).

A Universidade Federal de Alagoas (UFAL) teve sua primeira turma presencial do curso de Administração Pública formada no ano de 2012 no *campus* de Arapiraca, que atualmente também é ofertada na forma de ensino à distância (EAD) por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), e pelo Instituto Federal de Alagoas (IFAL), além, também, das instituições de ensino privado no Estado. O sistema UAB foi criado no ano de 2006 com o objetivo de expandir de forma regional e democrática a oferta dos cursos de educação superior na modalidade EAD, dessa maneira agregando as instituições públicas de ensino, e servindo como fomento parcial a Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal (CAPES), tendo os polos presenciais como apoio para a realização das atividades acadêmicas, garantindo novas possibilidades socioeconômicas e de valorização pessoal através da educação.

Diferentemente do curso de Administração de empresas que abre possibilidades de estágio em empresas privadas, sendo essas de qualquer ramo os estudantes de Administração Pública encontram dificuldades na hora de procurar por estágios em órgãos públicos. Embora seja possível a realização em uma organização privada, um estágio em órgão público complementa a formação teórica do estudante com uma vivência prática crucial para sua futura carreira no setor. Porém, em alguns casos precisa ser de forma voluntária, considerando que as ofertas em âmbito público são ofertadas sem remuneração, na maioria das vezes. O estágio faz parte do plano pedagógico dos cursos de graduação, de forma que a sua obrigatoriedade é parte do processo de qualificação para os estudantes. A lei 11.788 de 2008 deixa claro que, o estágio é a preparação para o mercado de trabalho integrando o ensino à prática dos alunos. Podendo ser ofertado de forma obrigatória e não obrigatória, sendo remunerado ou não, mas indispensável para a conclusão dos cursos, estando ele inserido como disciplina.

Com o objetivo de inserir os estudantes do ensino superior nos órgãos do poder executivo do Estado, foi criado através do Decreto Estadual nº 74.249, de 06 de maio de 2021

o programa de estágio Pontapé pelo governo de Alagoas, publicado pelo poder executivo no diário oficial do estado. O estágio é ofertado no formato não obrigatório, com bolsa de um salário mínimo e auxílio-transporte correspondente ao valor diário. Foram lançados e publicados cinco editais do programa, o primeiro em 21/05/2021 que contou com 5.690 (cinco mil e seiscentos e noventa) inscritos, o segundo em 14/12//2021 com 1.895 (um mil e oitocentos e noventa e cinco), o terceiro em 23/02/2022 com 2.646 (dois mil seiscentos e quarenta e seis); já em 19/04/2023 e 24/04/2023 foram publicados os dois últimos editais, sendo um geral e o outro específico para a comunidade indígena, estes finalizando com um total de 4.202 (quatro mil duzentos e dois) inscritos. Em 2023, o governo estimou a injeção de mais de R\$3,5 milhões ao mês na economia do estado, através do programa. (Alagoas, 2023). No decorrer desta pesquisa, mas especificamente em julho de 2024, foi lançado um edital para cadastro de banco de talentos. Ou seja, as possibilidades para vários órgãos, a depender da necessidade da própria Administração Pública.

Neste contexto de necessidade de estágio obrigatório para formação e sua escassez de oferta e, considerando o Programa Pontapé, esta pesquisa se justifica, em compreender a importância das políticas públicas que fomentem o primeiro emprego na esfera pública para estagiários do curso de administração pública e de empresas. O estágio profissional acrescenta tanto na formação pedagógica dos estudantes quanto nas possibilidades socioeconômicas que lhes são ofertadas: como o pagamento de uma bolsa. O pontapé inicial, portanto, engloba uma tentativa do estado de propor políticas públicas disponíveis para a permanência e conclusão de discentes de administração pública e de empresas. Sendo assim, um programa que abrange não somente a vida acadêmica e profissional, mas amplia as possibilidades do estudante em manter uma renda para custear seus gastos pessoais, e ainda garante uma disponibilidade de horário para estudar e manter o rendimento acadêmico dentro do esperado, levando em consideração que esse é um dos critérios para a classificação e permanência no programa, de acordo com o edital de seleção.

Essa pesquisa buscou responder ao seguinte questionamento: O Programa Pontapé é uma ferramenta eficaz na formação profissional desses estudantes na atuação em órgãos públicos do estado de Alagoas?

Desse modo, o objetivo principal desta pesquisa foi auferir a percepção de estudantes de administração pública e de empresas sobre o programa Pontapé e analisar se houveram contribuições na formação profissional dos estagiários participantes. Como objetivos

específicos analisar os efeitos do programa nos participantes, tais quais: Semestre de entrada e saída no programa, benefício que mais impacta a participação no programa, às habilidades profissionais desenvolvidas dentro do programa, e como a participação auxiliou na formação profissional dos estudantes.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

O estágio curricular supervisionado é uma disciplina que faz parte de todos os cursos de graduação, e é a partir desse período que o estudante entende relativamente como será a sua vida profissional. Quando realizada em órgãos governamentais, ganha uma perspectiva particular e enriquecedora. O estágio nesses ambientes não apenas permite aos estudantes aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso, mas também proporciona uma imersão nas dinâmicas e processos administrativos específicos do setor público. Essa interação com os procedimentos administrativos próprios do setor público contribui para uma formação mais abrangente, preparando os estagiários para enfrentar os desafios e responsabilidades para uma futura carreira no serviço público.

### **2. 1. Estágio na Formação Profissional**

Quando o estudante escolhe um curso de graduação, tem uma visão teórica da profissão, porém é a partir da disciplina de estágio que o conhecimento de fato é aprofundado pela vivência dos estudantes na prestação do serviço dentro de uma organização, que é onde as temáticas pedagógicas se transformam em práticas. Como é afirmado por Polzin (2019, p.12) “O estágio proporciona ao estudante uma proximidade da realidade profissional, contribuindo para o seu desenvolvimento e inserindo-se ao mercado de trabalho, complementando sua formação profissional de acordo com a sua área de atuação.”. Essa aproximação dentro da futura realidade para o estudante poderá ser considerada como forma de criar, ou mesmo descobrir suas competências dentro da área escolhida por ele. A autora destaca ainda que:

Para que o estágio possa cumprir o seu papel formador, há necessidade que todas as partes envolvidas no processo (estagiário, unidade concedente de estágio e instituições de ensino) atuem como agentes fiscalizadores para que não haja intercorrência de abusos por qualquer uma das partes, tais como: execução de atividades incompatíveis com a formação do aluno, carga horária excessiva, ambiente discriminatório, entre outros. (Polzin, 2019, p.12).

Nesse sentido, o estágio serve como ferramenta de aprimoramento de competências dentro da sua formação como parte crucial na formação profissional, pois permite que os alunos apliquem os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula em situações práticas. O estágio oferece várias vantagens, como, por exemplo, uma visão realista do mercado de trabalho e das funções que serão desempenhadas no futuro, permitindo o desenvolvimento de suas habilidades práticas e comportamentais, como trabalho em equipe, resolução de problemas e comunicação, facilitando a criação de uma rede de contatos profissionais que pode ser útil na busca de emprego após a sua formação. Levando em consideração que com experiência prática os estagiários podem ser mais valorizados pelos empregadores, o que possibilita, ainda, a aplicação dos conceitos aprendidos na universidade em situações reais. Se tornando uma qualidade necessária no mercado de trabalho, Silva (2016, p.9) pontua que a “Qualificação é a palavra-chave para que se possa conseguir uma vaga neste disputadíssimo mercado de trabalho.” De tal maneira, entende-se a atuação desses programas como ferramenta que qualifica esses alunos e os prepara para o mercado de trabalho em sua área de formação. Portanto, as dinâmicas pedagógicas que se inserem no curso são trabalhadas, aprimoradas e desenvolvidas dentro das práticas realizadas pelos estagiários e, de maneira integrada com a aprendizagem teórica em sala de aula. Silva (2016, pg. 9) sugere ainda que “O estágio surge como opção de formação profissional, desde que ocorra como uma modalidade de treinamento e aprendizagem através de uma integração com a formação acadêmica dos estudantes”. Sobre a visão do estágio, há necessidade entre a junção da teoria com a prática no processo de aperfeiçoamento, o estudante, integrado em uma organização, poderá incrementar seus conhecimentos utilizando-se dessas práticas. Como afirmam as autoras:

O contato com a vida organizacional permite que o estagiário perceba como será a sua futura realidade, identificando o que dele será esperado e como poderá contribuir para o desenvolvimento das organizações. Mas isso, somente se houver relação entre a teoria e a prática. (Lavall e Barden, 2014, p.7).

Sendo a gestão escolar uma área de trabalho que impacta diretamente na administração pública, e em governos por tratar-se com diversos usuários/cidadãos, e com a cultura organizacional da instituição que independentemente da gestão em vigor encontra diversos desafios administrativos e, se tratando de uma organização de serviço público estando sob as regras de direito público de acordo com o Artigo 37 previsto pela constituição que rege a administração pública brasileira, entende-se como obrigatoriedade o seu

cumprimento. De acordo com Rodrigues (2021, p. 12) “Em outras palavras, é possível dizer que um dos grandes desafios à formação de administradores públicos é aprender esse “casamento necessário” de aplicação de técnicas de gestão com prática da política”. Por isso, a importância do acompanhamento da supervisão da instituição concedente e da universidade, que nesse caso ocorre dentro da disciplina de estágio, na entrega do relatório com detalhamento das atividades realizadas no período estagiado.

## **2. 2. Formação Profissional: Contribuição para a Administração Pública**

Até o século XX, a formação profissional era fortemente voltada para atender as demandas do mercado de trabalho industrial, sem considerar, na maioria das vezes, as necessidades do desenvolvimento pessoal e a cidadania dos indivíduos. Na virada do século e com o fim da administração burocrática e o começo da gerencial no Brasil, iniciou-se uma série de mudanças. Essas mudanças se destacaram pelos impactos das políticas educacionais, que buscaram, de maneira frequente, alinhar a formação profissional com as necessidades do mercado de trabalho. Ou seja, deixou de ser uma demanda exclusiva do mercado de trabalho, que atendia apenas as necessidades econômicas, transformando-se em um processo educativo integrado com o desenvolvimento do próprio indivíduo.

Quando inserido na Administração Pública. Foi necessário incorporar conhecimento técnico somado as habilidades práticas de forma que possam responder as exigências do setor público, estando esse em constante transformação. Nesse sentido, a administração pública passou a atuar de forma mais dinâmica na preparação dos seus servidores, visando não somente o cumprimento de tarefas técnicas, mas, também, possibilitando uma reflexão crítica com uma atuação ética. Contudo, a incidência e resistência por parte dos próprios servidores que vinha dos processos burocráticos enraizados, causando algumas dificuldades no processo de adequação da nova administração pública no país. Se antes a prioridade eram os processos, com isso dificultando a prestação de serviço ao cidadão, a administração gerencial passou a buscar mais flexibilidade nas rotinas operacionais. É a partir dessa perspectiva de mudança que a formação profissional contínua no serviço público se insere. Tendo em vista, as necessidades de adequação dos servidores ao novo serviço público e a forma legal de prestá-lo, considerando a aplicação nas tarefas administrativas e a busca por características que antes eram encontradas na administração de empresas, como é o caso da criatividade e da inovação.

Levando em consideração o fator cultural, Madureira (2005) se refere a essas mudanças como fator fundamental no acompanhamento dessas alterações dentro do processo de formação profissional. Ocorrendo uma nova nomenclatura como forma de substituir a formação profissional, conhecida a partir de então por desenvolvimento pessoal. Nesse contexto, quando falamos em serviço público, a formação profissional é essencial para garantir que os servidores estejam preparados para enfrentar os desafios e responsabilidades do setor público, estando atualizadas com as melhores práticas, as mudanças da legislação e nas técnicas de gestão. De maneira sintética, a formação profissional no serviço público é uma área vital que deve ser constantemente aprimorada para assegurar que os servidores públicos sejam capazes de atender às expectativas e demandas da sociedade de maneira eficiente e ética. Para os estudantes esse processo de aquisição de habilidade, conhecimento e competências poderão ocorrer no período de estágio. Tendo esse como caminho de experiência em um ambiente de trabalho, complementando o aprendizado teórico da sala de aula com a prática. É importante ressaltar que tal experiência pode estar ligada diretamente ao desenvolvimento de uma carreira bem sucedida, e as mudanças decorrentes do mercado de trabalho.

Partindo de tais afirmativas, e levando em consideração os estudantes do curso de Administração Pública e de empresas, essa pesquisa foi pensada e realizada de forma a ampliar os estudos nessa seara. As incertezas que rondam os estudantes universitários, quando aproximado o fim do seu curso partindo para o início da sua vida profissional e, o que será realizado após sua formação acadêmica. Os anseios dessa nova realidade se deparam com o mercado de trabalho e sua competitividade afiada. “O estágio supervisionado sem dúvida alguma é a experiência mais próxima da realidade de um administrador, antes de executar a sua função quando recém-formado” (Faria *et al.*, 2011, p.07). Sendo assim, o período de estágio atua como impulsor na busca de uma carreira em sua área de formação, por se tratar de uma experiência prática do aprendizado pedagógico. Quando o estágio é usado como uma ponte no processo de formação profissional designando aos estudantes uma visão da sua futura realidade, e com isso abrindo um horizonte de possibilidades, é o que destaca Faria *et al.* (2011, p.03). “O estágio ajuda um jovem ou um universitário a descobrir a melhor área para se fazer uma especialização, sabendo através de experiências anteriores em qual foi seu melhor desempenho, ou até mesmo, qual função ele mais se identificou”. Dessa forma, para o futuro gestor público, conhecer diversas áreas é relevante para considerar suas escolhas de forma continuada.

Assim, pensando no setor público e na criação dos programas de estágio dentro do governo, que atua na formação profissional dos novos administradores públicos considerando as demandas sociais da atualidade e da nova administração pública, que busca não somente os processos sistemáticos e burocráticos, mas, também, a humanização do funcionamento na garantia dos serviços prestados aos cidadãos. Na visão de Madureira (2005), As políticas públicas de formação tende a privilegiar as áreas comportamentais, que decorrem da reforma administrativa, com isso conferindo maior protagonismo aos recursos humanos públicos. De forma que, é interessante destacar a importância que essa valorização traz para o funcionamento público como um todo; pois, a partir dessa mudança ocorre uma adaptação no sentido social e na realidade administrativa, que passa a viabilizar fatores psicológicos e emocionais dentro das organizações, sejam elas públicas ou privadas. Nesse contexto, o autor destaca que:

A grande diferença entre a gestão privada e a gestão pública parece prender-se ao fato de a última estar condicionada por aquilo que poderemos designar como políticas públicas. Com efeito, o setor público não tem acesso à escolha discricionária das suas próprias finalidades. Estas são ditadas ou atribuídas pelas mais altas autoridades públicas, e dependentes de impactos procurados pelo tecido econômico, social e físico. Ao contrário de um setor privado mais voltado para si próprio e para uma lógica de lucro, fundamental na determinação da escolha dos produtos ou serviços a produzir, o setor público visa o cumprimento de uma função de eficácia social com a obrigação de gerar efeitos exteriores. (Madureira, 2005, p.1122).

Quando voltadas para os estudantes universitários, como é o caso do programa Pontapé, e estando esse atuando nas duas vertentes. A primeira, na formação pedagógica dos alunos através do estágio supervisionado, e na segunda na formação profissional partindo das tarefas e funções designadas aos estagiários dentro de órgãos públicos. É essa, a ligação entre a teoria e a prática, que possibilita aos universitários uma nova perspectiva profissional, determinando um novo rumo à sua formação. Visando uma continuidade nos estudos voltados para a especialização e uma projeção de crescimento na carreira que poderá decorrer das experiências no serviço público. Para as instituições e o governo, significa recursos humanos mais preparados para a prestação de serviço, já para os estudantes, denota crescimento acadêmico, profissional e/ou econômico.

Diante do exposto, destaca-se a importância dos programas de estágio governamental na formação profissional dos estudantes. Além das experiências práticas que oferecem uma oportunidade para os estudantes aplicarem os conceitos teóricos aprendido em sala de aula em situações reais, com isso permitindo um entendimento mais aprofundado da administração pública. E o conhecimento do ambiente, facilitando a familiarização com o

funcionamento das instituições do governo, suas estruturas, processos e desafios que contribui para uma carreira no serviço público. Desenvolve habilidades essenciais para a área como, por exemplo, comunicação, análise de dados e resolução de problemas que são decorrentes do âmbito público. E ainda, ajuda aos estudantes na compreensão dos desafios e complexidade do setor, contribuindo para formar uma visão crítica e informada sobre políticas e gestão pública. Esses programas são, portanto, indispensáveis e essenciais na preparação dos futuros gestores públicos no enfrentamento dos desafios e responsabilidades de suas funções, que por sua vez, promovem uma administração pública mais eficiente e eficaz.

### **3. CONTEXTO HISTÓRICO DO ESTÁGIO NO BRASIL**

Os estágios são vistos como fundamentais para o desenvolvimento de competências práticas, permitindo que os estudantes tenham uma experiência real do mercado de trabalho, que é valorizado tanto por empregadores quanto por instituições de ensino. Além disso, as políticas de estágio têm se tornado cada vez mais integradas a programas de inclusão e diversidade no ambiente profissional. No Brasil, a legislação de estágio passou por um processo de evolução ao longo das décadas no intuito de regulamentar e proteger os direitos dos estagiários, e, também, como forma de assegurar que os estágios cumpram seu propósito educativo.

#### **3.1. Mudanças na legislação**

O termo estágio teve seu primeiro registro pelo Decreto-Lei 4.073 em 1942 que instituiu a Lei orgânica, que na época era praticada pelos estudantes de ensino secundário (ensino médio), realizada em indústrias pelos alunos sob o comando de um docente. No entanto, essa atividade não era considerada parte do ensino, e sim como uma atividade de trabalho, por não ter vínculo formalizado entre as empresas e instituições de ensino. (Brasil, 1943). No entanto, a primeira legislação específica sobre estágio foi estabelecida em 7 de dezembro de 1977. Esta lei definiu os estágios como atividades complementares ao ensino, vinculadas a uma instituição de ensino e a uma empresa, com o objetivo de preparar o estudante para o mercado de trabalho. Também estabeleceu que o estágio não criasse vínculo empregatício, desde que fossem seguidos certos requisitos, como a celebração de um termo de compromisso. Essa lei foi regulamentada pelo Decreto nº 87.497 em 18 de agosto de 1982, e vigorou por mais de uma década sem alterações. Em março de 1994, foi modificada pela Lei Federal de nº. 8.859 que se tratou em estender aos alunos de educação especial o direito à participação nos programas das atividades de estágio. E, estabeleceu a necessidade de um

acompanhamento efetivo do estagiário por parte da instituição de ensino e da parte concedente, reforçando o caráter educativo do estágio. (Brasil, 2008).

Em 25 de setembro de 2008, após trinta anos de vigência, a Lei nº 6.494/77 foi revogada, assim como a Lei nº 8.859/94, pela Lei nº. 11.788 que foi aprovada no Congresso Nacional. Apresentando novas concepções e definindo novas regras para estágios. Em seu Artigo 1º especifica que:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (Brasil, 2008).

A lista abaixo apresenta os direitos e deveres previstos na lei nº. 11.788, tanto da parte do estagiário quanto das instituições de ensino e as concedentes, com suas respectivas responsabilidades contratuais:

- Direito a férias de 30 dias, quando o estágio tem duração igual ou maior a um ano; e sendo um período inferior, equivalente ao proporcional de férias, que esse gozo seja feito preferencialmente dentro do recesso escolar e sendo remunerado quando o estagiário tenha o recebimento de bolsa;
- Os estudantes da educação especial, anos finais do fundamental, e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) terão uma carga horária de quatro horas diárias ou 20 horas semanais. De ensino superior, da educação profissional de nível médio e ensino médio na modalidade regular podem ter carga horária de até seis horas diárias ou 30 horas semanais. Se o curso tiver alternância entre aulas teóricas e práticas, o estágio poderá chegar a 40 horas semanais;
- Obrigatório ou não, tem que estar vinculado ao projeto pedagógico da escola, isso inclui também o ensino médio. Ter a supervisão de um professor da instituição de ensino e um supervisor por parte de contratante, devendo ser apresentado um relatório das atividades a cada seis meses, no mínimo;
- É fixado o número de estudantes de nível médio nas empresas, sendo que, se essa tiver cinco empregados, pode recrutar um; e de seis a dez, pode recrutar até dois; se houver de onze a vinte e cinco funcionários, até cinco estagiários; e acima de vinte e cinco colaboradores, até 20% de alunos estagiários;

- Exceto para estagiário portador de deficiência, a duração máxima do estágio na mesma parte concedente é de, no máximo, dois anos;
- É autorizada aos profissionais liberais de nível superior a contratação de estagiários; sendo que o estagiário terá direito a diminuição de carga horária durante os períodos de avaliação, até metade com a apresentação do cronograma das provas;
- Manter estagiários sem conformidade com a lei, caracterizará vínculo empregatício e acarretará direitos conforme a legislação trabalhista e previdenciária e;
- Se reincidente na irregularidade a instituição, seja ela pública ou privada, fica impedida de receber estagiários pelo prazo de dois anos.

No ano de 2022, houve a única atualização desde a promulgação da lei, na qual, o artigo 19, por meio da medida provisória de nº 1.116 que diz respeito ao fim do tempo limite do contrato de aprendizagem, sendo uma modalidade prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas não do estágio em si. A evolução na legislação de estágio no Brasil foi fundamental para assegurar que os estágios ofereçam uma experiência educativa de qualidade, contribuindo para a formação profissional dos estudantes e para sua inserção no mercado de trabalho. Com essas leis, especialmente a lei nº 11.788/2008, trouxeram avanços significativos na proteção dos direitos dos estagiários e na definição clara das responsabilidades das instituições de ensino e das empresas.

#### **4. PROGRAMA PONTAPÉ**

O primeiro edital foi lançado no Diário Oficial do Estado, em 21 de maio de 2021, na gestão do Governador Renan Calheiros Filho, onde consta sua criação através da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG), com o Secretário da época, Sérgio de Figueiredo Silveira, através do Decreto Estadual nº 74.249, de 06 de maio de 2021 (Alagoas, 2021). Visando proporcionar aos estudantes uma experiência prática e uma compreensão mais profunda das operações do governo, além de fortalecer sua formação acadêmica e profissional, dessa forma, proporciona aos estudantes uma experiência prática que complementa sua formação teórica, preparando-os melhor para o mercado de trabalho. Puderam participar do processo seletivo os estudantes que estavam matriculados a partir do 2º ano, ou 3º semestre nas instituições de ensino conveniadas ao estado, tanto na modalidade presencial quanto à distância, sendo o critério para classificação das vagas o coeficiente de rendimento acadêmico (CRA), ou seja, quanto maior for o seu rendimento, maior a chance da classificação do participante. É importante destacar a importância do critério do CRA para

classificação, pois garante que o estudante interessado em se inscrever no programa mantenha seu desempenho acadêmico. Reconhecida assim como uma política pública educacional de incentivo não só para os estudantes, mas também para as unidades de ensino. O lançamento do programa de estágio contou com o total de setecentas vagas distribuídas em diversos órgãos do estado dentro de áreas respectivas ao curso dos inscritos, como estágio remunerado e não obrigatório, com duração máxima de dois anos, e, ainda, com auxílio-transporte e seguro de vida para os contratados. O programa lançou cinco editais, contendo, no último, um edital específico para a comunidade indígena.

A partir do terceiro edital o programa teve sua mudança no nome<sup>1</sup>. Em 2022, mesmo com a mudança da gestão do Estado, observa-se que não houve alteração no Programa Pontapé, por se tratar de uma política pública com funcionalidade, em destaque na imprensa. O programa de estágio Pontapé não é um pioneiro nos órgãos governamentais em Alagoas, já existindo no estado programas específicos em alguns órgãos<sup>2</sup>. No entanto, trata-se do primeiro criado pelo governo estadual, que, por sua vez, viabiliza vários órgãos dentro do poder executivo. O processo de seleção ocorreu de forma ampla e dinâmica de maneira integralmente digital, e com uma divulgação forte, no intuito de alcançar o seu público alvo, os estudantes. Um estágio não obrigatório, com oferta de bolsa no valor de um salário mínimo, e ainda com auxílio transporte correspondente ao valor por dia no deslocamento em transporte público, sendo um dos fatores de incentivo primordiais para o alcance das inscrições, levando em consideração as dificuldades dos alunos de graduação em conseguir estágio de forma remunerada. E para os estudantes de Administração Pública e de empresa, a maior vantagem é atuar em Órgão Público com a possibilidade de pagar a disciplina de estágio do curso, sobretudo aprimorando suas competências dentro da área com atuação nos processos administrativos dessas instituições.

#### **4.1. Edital da Educação**

---

<sup>1</sup>Esse mudou para “Primeiro Emprego”. Tal mudança não gerou nenhum tipo de alteração no processo seletivo, sendo provável que o atual governador Paulo Dantas usou dessa mudança como uma forma de desvinculação do governo anterior, adaptando o programa a imagem da sua nova gestão.

<sup>2</sup>Como por exemplo: do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ AL), que conta com um programa próprio de estágio. É organizado pela Escola Superior da Magistratura (ESMAL). O estudante aprovado e convocado receberá, a título de bolsa de estágio, o valor de um salário mínimo, acrescido de *auxílio-transporte*. Com carga horária mínima de 24 horas semanais, no período matutino ou vespertino, com duração de 12 meses e pode ser prorrogada por igual período, uma única vez. Para serem contratados, os aprovados deverão estar cursando entre o 5º e o 8º período do curso.

O segundo edital, divulgado como Pontapé da Educação publicado em 14 de dezembro de 2021, ofertou um total de mil e duzentas vagas para atuação dentro da Secretaria de Educação (SEDUC) nas escolas em todo o estado de Alagoas. O processo seletivo ocorreu de forma totalmente eletrônica, contendo todas as disposições, obrigações e direitos previstos na Lei nº 11.788/08. Essa seleção foi voltada aos cursos de Administração/Administração Pública, Direito, Ciências contábeis, Educação física, e Nutrição. A SEDUC atua dentro do estado por meio de Gerências Especiais de Educação (GEE)<sup>3</sup> dividida entre treze regiões. As vagas foram distribuídas entre elas de acordo com suas abrangências contidas no anexo I do edital, sendo a quantidade de vagas por curso. Distribuídas da seguinte forma:

1ª GEE – Maceió, Marechal Deodoro e Paripueira: Cinquenta vagas.

2ª GEE – São Miguel Dos Campos, Barra de São Miguel, Roteiro, Jequiá Da Praia, Coruripe, Teotônio Vilela, Junqueiro, Campo Alegre, Boca Da Mata e Anadia: Dez vagas.

3ª GEE – Maribondo, Tanque D’arca, Belém, Quebrangulo, Palmeira Dos Índios, Estrela De Alagoas, Igaci, Major Izidoro, Cacimbinhas e Minador Do Negrão: Vinte vagas.

4ª GEE – Atalaia, Capela, Cajueiro, Pindoba, Mar Vermelho, Paulo Jacinto, Viçosa e Chã Preta: Dez vagas.

5ª GEE – São Sebastião, Feira Grande, Lagoa Da Canoa, Girau Do Ponciano, Traipu, Craíbas, Arapiraca, Limoeiro De Anadia, Taquarana e Coité Do Nóia: Vinte vagas.

6ª GEE – Santana Do Ipanema, Carneiros, Dois Riachos, Maravilha, Olho D’água Das Flores, Olivença, Ouro Branco, Rui Palmeira e Poço Das Trincheiras: Onze vagas.

7ª GEE – Murici, Branquinha, União Dos Palmares, Santana Do Mundaú, São José Da Laje, Ibataguara e Colônia Leopoldina: Dez vagas.

8ª GEE – Jaramataia, Batalha, Jacaré Dos Homens, Monteirópolis, Palestina, Pão De Açúcar, São José Da Tapera e Belo Monte: Oito vagas.

9ª GEE – Feliz Deserto, Piaçabuçu, Penedo, Igreja Nova, Porto Real Do Colégio, São Braz, Olho D’água Grande e Campo Grande: Dez vagas.

---

<sup>3</sup> Dentre as mudanças da gestão do atual governador ocorreu também na nomenclatura das Gerências Regional de Educações (GERES) chamadas atualmente de Gerências Especiais de Educação (GEES).

10º GEE – Barra De Santo Antônio, São Luís Do Quitunde, Passo De Camaragibe, Matriz De Camaragibe, Porto De Pedra, Japaratinga, Porto Calvo, Jundiá, Campestre, Jacuípe, Maragogi e São Miguel Dos Milagres: Dez vagas.

11ª GEE – Piranhas, Olho D'água Do Casado, Delmiro Gouveia, Água Branca, Inhapi, Mata Grande, Canapi e Pariconha: Dez vagas.

12ª GEE – Coqueiro Seco, Santa Luzia Do Norte, Pilar, Rio Largo, Messias, Flexeiras, Joaquim Gomes, Novo Lino, Satuba: Quinze vagas.

13ª GEE – Maceió: Cinquenta vagas.

Além de declaração da faculdade constando o CRA, o edital exigiu que fossem anexados no ato da inscrição outros documentos, como: histórico escolar do ensino médio esse para comprovação de cotas destinadas aos estudantes que estudaram todo o ensino em rede pública ou privada como bolsistas; comprovante de inscrição no Cadastro Único (Cad Único) para programas sociais, para quem é cadastrado em programas sociais e/ou pertencente à população de baixa renda e; comprovante de condição de deficiência, para as pessoas com deficiência (PCD), nos termos do disposto no § 1º do art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Além dos documentos obrigatórios: documento oficial com foto, cadastro de pessoas físicas (CPF) e, comprovante de residência. (Alagoas, 2021). O estudante classificado é necessário além de todos os documentos informados apresentarem declaração própria de que não exerce atividade remunerada em órgão público, ou declaração própria de compromisso do estudante de que não exercerá dois estágios no mesmo poder concedente, declaração da instituição de ensino informando o período e/ou ano de matrícula, assinada pela coordenação de ensino. O edital orienta ainda sobre possíveis irregularidades nas informações declaradas, sob o risco de desclassificação no processo. Os classificados recebem o aviso na página oficial, e um e-mail pelo endereço que foi cadastrado no ato da inscrição, direcionando-os para uma entrevista na GEE escolhida pelo mesmo. Esse processo busca avaliar as habilidades comportamentais do estagiário, alocando-o em uma área de acordo com seu perfil e seu curso, recebendo ainda um Plano de Atividades do Estagiário para apresentar na escola que será alocado.

Nessa etapa é observado pelo entrevistador: a comunicação; o senso de responsabilidade; a proatividade; o dinamismo e os conhecimentos técnicos gerais da área de estudos do estagiário. Inicialmente o contrato tem o prazo de seis meses, podendo ser renovado por até

dois anos. A carga horária do estágio será de seis horas diárias totalizando trinta horas semanais, observado o horário de funcionamento da unidade escolar, compatível com o horário escolar, estando às atividades, realizadas pelo estagiário, previstas no Plano de Atividades do Estagiário, sendo assim, firmada pelo estudante, Instituição de Ensino e órgão concedente do estágio, no ato da assinatura do Termo de Compromisso de Estágio. No caso de renovação de contrato será enviado novo termo de compromisso. (Alagoas, 2021).

Ademais, além da bolsa e auxílio-transporte outros benefícios de grande importância são o seguro contra acidentes pessoais, recesso remunerado sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a um ano, ou proporcional, se inferior, a ser gozado, preferencialmente, no período das férias escolares, e ainda quando em períodos de avaliações a diminuição da sua jornada desde que, seja combinada com a unidade escolar. O estagiário participa do Programa de Capacitação em Administração Pública que é ofertado pela SEPLAG, e tem como finalidade nivelar os conhecimentos dos participantes selecionados acerca da estrutura e funcionamento da Administração Pública Estadual. O programa de capacitação tem carga horária de trinta horas e é dividido em dois módulos, antes da Alocação no órgão e seis meses depois da assinatura do termo de compromisso. Observa-se ainda que, após a assinatura do Termo de Compromisso e alocação na Secretaria de Estado da Educação, o estagiário ficará sujeito ao período de experiência por sessenta dias, período no qual serão avaliadas as seguintes características: assiduidade, eficiência, proatividade, produtividade e responsabilidade. O desligamento do estagiário pode ocorrer a pedido do mesmo, da instituição ou em decorrência da finalização do contrato no período previsto de dois anos. Na finalização do contrato devido ao término desse período máximo de dois anos, é importante destacar que o estagiário não poderá fazer outra seleção para o mesmo órgão. (Alagoas, 2021).

## **5. METODOLOGIA**

Essa pesquisa é um Estudo de Caso, e de acordo com Yin (2018) essa metodologia é importante para uma análise aprofundada dos fenômenos em seus contextos reais. Esta escolha por um estudo de caso foi feita, pois ela permite uma análise detalhada e contextualizada do Programa Pontapé, e ajuda a entender seus impactos, possibilitando uma visão abrangente dos resultados. Através do método escolhido foi possível realizar a coleta de dados qualitativos, explorando de forma aprofundada as nuances do programa e seus efeitos na formação profissional desses estudantes.

A pesquisa bibliográfica foi fundamental para fornecer a base teórica necessária ao desenvolvimento deste trabalho, permitindo uma revisão da literatura que sustentou os objetivos da pesquisa. Essa etapa foi crucial para compreender o que já foi estudado sobre o tema, auxiliando na condução da discussão dos dados obtidos. Por sua vez, a pesquisa documental foi realizada por meio de notícias, matérias e dados publicados pela Imprensa Oficial do Estado de Alagoas. Essa abordagem contribuiu para enriquecer a base teórica da pesquisa e facilitou a interpretação dos dados coletados. Ambas as metodologias se complementam, conforme destacado por Gil (2019), assegurando uma visão mais robusta do objeto de estudo.

Para a realização da pesquisa, foram selecionados vinte estudantes que participaram do programa de estágio no município de Arapiraca e que já finalizaram seus respectivos contratos. A seleção dos participantes foi feita por conveniência, considerando a disponibilidade dos alunos e o contato estabelecido através de uma rede social criada pelos responsáveis da SEDUC. Um grupo de WhatsApp foi criado para facilitar a comunicação interna entre o órgão e os participantes do programa, abrangendo tanto estagiários ativos quanto inativos. Dos vinte estagiários convidados, dezessete responderam à pesquisa, o que representa uma taxa de resposta de 85%, demonstrando um engajamento significativo com a proposta. A partir das respostas obtidas, foi realizada uma análise e discussão dos resultados, seguindo uma abordagem qualitativa (Poupart, 2008), que integrou as etapas documental e bibliográfica.

### **5.1. Instrumentos para Coleta de dados**

Na pesquisa de campo, foi utilizado um formulário desenvolvido no Google Forms, uma ferramenta online que facilita a coleta e a distribuição dos dados, gerando uma economia de tempo em comparação a outros métodos (Kumar, 2014). Além disso, essa abordagem reduz erros e garante eficiência, graças à automação do processo de coleta de dados, reduzindo erros e facilitando a análise posterior (Denscombe, 2010). O formulário foi enviado como um link pela rede social mencionada, com disponibilidade para resposta a partir do dia 28 de junho de 2024 até 14 de julho do mesmo ano. Para interpretar as respostas do formulário, foi utilizado o método de tabulação simples. Os dados coletados foram exportados para uma planilha, permitindo uma análise sistemática e organizada. Essa abordagem facilitou a elaboração do relatório final, que sintetiza as informações obtidas na pesquisa, foram trabalhadas as três questões importantes para a discussão. Esses pontos foram fundamentais

para entender o contexto e as necessidades dos estagiários, contribuindo para uma análise mais aprofundada dos dados coletados:

1. Analisou-se o perfil dos participantes em relação aos cursos de Administração Pública e Administração de Empresas, considerando as especificidades e expectativas de cada área.
2. Foi investigado em que semestre os participantes estavam permitindo uma compreensão do nível de experiência e conhecimento que cada grupo trouxe para suas respostas.
3. Avaliou-se a percepção dos estudantes sobre os benefícios oferecidos pelo programa de estágio, destacando sua importância para o desenvolvimento acadêmico e profissional.

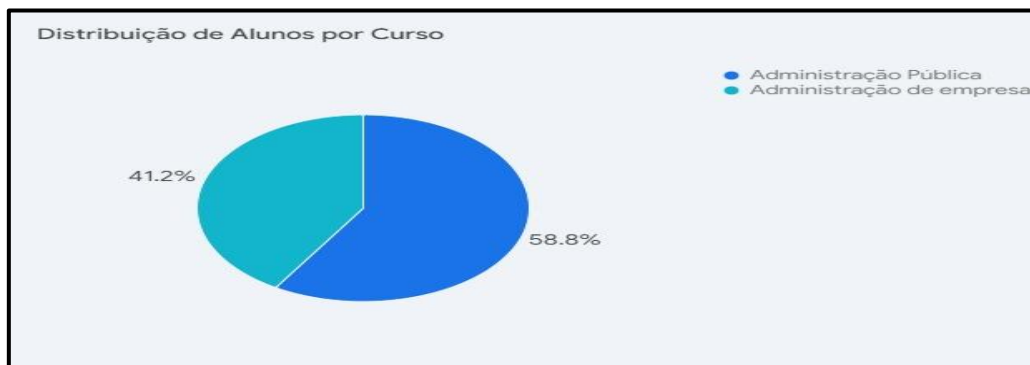
## **6. ANÁLISE DE DADOS**

A partir deste ponto, apresenta-se uma visão detalhada dos resultados obtidos, com foco nas principais áreas de interesse: a distribuição de alunos por curso, o período em que estão matriculados e as percepções dos estagiários sobre diversos aspectos do programa. Além de responder às questões propostas pela pesquisa, a finalidade é explorar mais profundamente a temática, enfatizando a necessidade de que políticas públicas como esta sejam desenvolvidas para apoiar os estudantes universitários, tanto no estado de Alagoas quanto em todo o país.

Dos dezessete estagiários que retornaram o formulário, dez são estudantes do curso de Administração Pública, representando 58,8% da amostra. Isso demonstra uma participação significativa desse curso no programa, em comparação aos estudantes de Administração de Empresas, que correspondem a 41,2%. Essa representação é importante, pois destaca o papel fundamental do programa para esses alunos, considerando que a dificuldade em conseguir estágios remunerados em órgãos públicos é um dos fatores determinantes para a conclusão do curso. A predominância de estudantes de Administração Pública sugere que o programa atende a uma demanda crítica por oportunidades de estágio em áreas relacionadas ao serviço público. Isso pode indicar que esses alunos estão mais propensos a buscar experiências que complementem sua formação e aprimorem suas competências para o mercado de trabalho. Além disso, a pesquisa pode revelar os desafios enfrentados por esses estagiários, como a falta de informações sobre oportunidades, a concorrência acirrada por vagas e a necessidade de uma melhor orientação profissional

durante o curso. Por fim, os resultados reforçam a necessidade de que políticas públicas sejam desenvolvidas não apenas para facilitar o acesso a estágios, mas também para garantir que essas experiências sejam significativas e enriquecedoras. Isso inclui a promoção de parcerias entre instituições de ensino e órgãos públicos, bem como a criação de programas com mentores que ajudem os alunos a navegar no processo de busca por estágios. Essa distribuição de alunos por curso é apresentada no Gráfico 1.

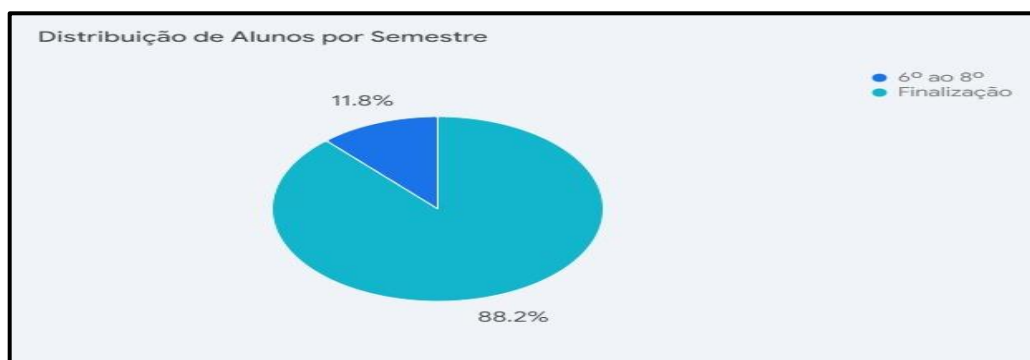
Gráfico 1 – Distribuição de alunos por curso



Fonte: A autora

Outro dado importante refere-se ao tempo de duração do estágio, uma vez que o contrato inicial, de acordo com o edital, era de seis meses, com a possibilidade de renovação por até dois anos. Dos estagiários participantes, 88,2% estão atualmente na fase de finalização do curso. Analisando o edital publicado em 14 de dezembro de 2021, observa-se que foram realizadas três chamadas em 2022. Os selecionados estavam na metade de sua graduação, que possui duração total de quatro anos para os cursos de bacharelado. Representado abaixo, pelo gráfico 2.

Gráfico 2 – Distribuição de Alunos por semestre



Fonte: A autora

Assim, os estagiários passaram por quatro semestres no programa, totalizando dois anos, que é o tempo máximo permitido de acordo com a Lei nº 11.788/2008. Nesse contexto, a formação acadêmica e a experiência profissional atuaram de maneira conjunta, enriquecendo a vivência dos estagiários dentro do órgão público. A experiência prática adquirida durante o estágio é crucial para o desenvolvimento das competências necessárias ao mercado de trabalho. Os estagiários tiveram a oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos nas aulas em situações reais, desenvolvendo habilidades como trabalho em equipe, resolução de problemas e comunicação efetiva. Essa interação prática não apenas fortaleceu a formação acadêmica, mas também preparou os estudantes para os desafios profissionais que enfrentarão após a conclusão do curso. No entanto, os estagiários também enfrentaram desafios significativos durante esse período. A adaptação à rotina do trabalho, a pressão por resultados e a necessidade de equilibrar estudos e estágio foram fatores que exigiram resiliência e gestão do tempo. Os relatos dos estagiários indicam que, apesar das dificuldades, essa experiência foi vista como uma oportunidade valiosa de crescimento pessoal e profissional.

Quanto à divulgação do processo seletivo, notou-se que a participação das instituições de ensino teve grande influência dentro do programa, conforme já informado no decorrer desta pesquisa. O convênio entre o estado e as IES foi realizado com intuito de garantir a participação de todos os alunos matriculados e com CRA equivalente. Entretanto, mesmo com a crescente presença digital, as redes sociais apresentam uma baixa adesão quando se trata das páginas dos órgãos públicos, o que limita a disseminação de informações ao público-alvo desejado. Essa situação é preocupante, pois as redes sociais poderiam servir como uma ferramenta eficaz para engajar e informar os estudantes sobre oportunidades de estágio. No levantamento realizado, constatou-se que 41,2% dos alunos tiveram conhecimento sobre o programa através de suas universidades, enquanto 29,4% souberam pela divulgação nas redes sociais, 17,6% foram informados por amigos e 11,8% obtiveram informações por outras fontes. Esses dados revelam a importância das IES como intermediárias na comunicação das oportunidades de estágio, ressaltando a necessidade de fortalecer essa parceria para maximizar o alcance e a efetividade da divulgação. Para aprimorar a divulgação do programa, seriam benéficas algumas estratégias. Por exemplo: Os órgãos públicos poderiam intensificar sua presença nas redes sociais, criando conteúdos atraentes e informativos que captem a atenção dos estudantes; Realizar campanhas de conscientização nas IES sobre a importância dos estágios, destacando os benefícios e oportunidades que eles

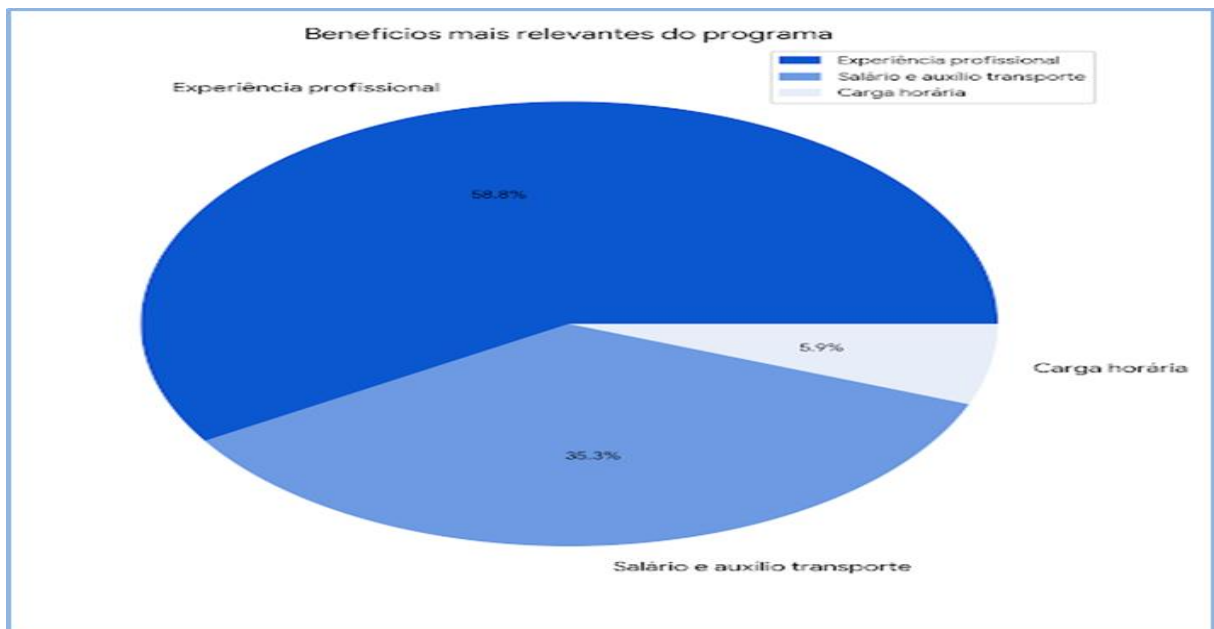
oferecem; Coletar feedback dos alunos sobre quais canais de comunicação eles consideram mais eficazes para receber informações, ajustando a estratégia de divulgação de acordo com suas preferências; e, Promover eventos conjuntos, como palestras e workshops, nas universidades para esclarecer dúvidas sobre o programa e incentivar a participação. Essas ações podem contribuir significativamente para aumentar a adesão ao programa de estágio e garantir que mais estudantes tenham acesso às oportunidades oferecidas.

Dos benefícios ofertados pelo programa, os pesquisados afirmam que a experiência profissional teve a maior relevância durante o período de participação, com 58,8%. Esse percentual reflete a proximidade com a realidade profissional, o que contribui significativamente para o desenvolvimento dos alunos, como destacado por Polzin (2019). Essa vivência permite que os estudantes tenham uma visão mais clara da futura realidade que os espera, conforme mencionado por Lavall e Barden (2014), possibilitando-lhes entender as expectativas que terão dentro de uma organização. Assim, o programa exerce um forte impacto tanto na formação acadêmica, facilitando a conclusão do curso, quanto na preparação dos estudantes para o mercado de trabalho. Como ressalta Silva (2016), ao desenvolver dinâmicas pedagógicas, o programa aprimora as práticas realizadas pelos estagiários, tornando a experiência mais rica e eficaz. A experiência prática adquirida no estágio não apenas complementa o conhecimento teórico, mas também desenvolve habilidades essenciais, como trabalho em equipe, comunicação e resolução de problemas. Essas competências são fundamentais para o sucesso profissional e ajudam os alunos a se destacarem em um mercado de trabalho competitivo. A exposição a um ambiente profissional permite que os estudantes construam uma rede de contatos e compreendam a cultura organizacional, fatores que podem ser decisivos na sua inserção futura no mercado. O estágio, portanto, não é apenas uma exigência curricular, mas uma oportunidade valiosa para moldar carreiras. Em suma, o programa de estágio não só contribui para a formação acadêmica, mas também desempenha um papel crucial na preparação dos alunos para os desafios do mundo do trabalho, evidenciando a importância de iniciativas como essa nas políticas educacionais. Assim, o estágio surge como uma das opções mais relevantes para a formação profissional, especialmente quando realizado como um treinamento integrado com a formação acadêmica. Essa integração permite que os estudantes apliquem seus conhecimentos teóricos em situações práticas, enriquecendo sua experiência educacional.

Outro destaque em termos de benefícios é o valor da bolsa e o auxílio-transporte. Como já mencionado, essa compensação financeira garante uma renda que tem um impacto

significativo na capacidade dos estudantes de continuar participando do programa. Isso é especialmente importante, considerando que muitos estagiários dependem desse apoio para viabilizar sua formação e suas atividades diárias. Dessa forma, o estágio não só se mostra uma ferramenta essencial para a formação profissional, mas também atua como um suporte financeiro e acadêmico, contribuindo para a formação integral dos estudantes. Na jornada planejada, embora o estágio represente uma oportunidade valiosa para a formação profissional, é necessário discutir criticamente a carga horária quando somada ao horário das aulas do curso. Existindo a necessidade, que as instituições de ensino e os órgãos que oferecem estágios considerem a possibilidade em adaptar a carga horária ou criar um sistema que permita aos estudantes ajustar suas responsabilidades. Pois eles podem acabar priorizando a realização de tarefas no trabalho em detrimento de suas atividades escolares, levando a uma compreensão superficial do conteúdo. A combinação de experiência prática, suporte financeiro e flexibilidade na carga horária torna o programa uma oportunidade valiosa para aqueles que buscam se preparar para o mercado de trabalho. Dados apresentado pelo gráfico 3.

Gráfico 3 – Benefícios mais relevantes do programa para os estagiários



Fonte: A autora

Sobre as habilidades proporcionadas pelo programa para atuar na Administração Pública, todos os pesquisados concordaram de forma unânime que o programa foi um catalisador fundamental para o desenvolvimento de suas habilidades profissionais e pessoais.

Os estagiários relataram que, além de aprimorar suas competências, o programa complementou a parte pedagógica do curso, oferecendo uma experiência prática que enriqueceu seu aprendizado.

No formulário, foi incluída uma última pergunta opcional, permitindo que os alunos deixassem observações pessoais sobre suas experiências. Essas contribuições são de grande importância para os objetivos desta pesquisa, pois oferecem uma visão mais profunda e individualizada sobre o impacto do programa na vida dos participantes. A seguir, apresentamos, na íntegra, algumas das respostas deixadas por aqueles que optaram por destacar seu ponto de vista sobre as experiências vivenciadas durante a participação no programa. As observações deixadas pelos participantes destacam a importância e o impacto do programa em suas trajetórias profissionais e acadêmicas. Seguem alguns depoimentos:

Participante nº06: “Foi uma experiência muito importante para a minha formação.”.

Participante nº07: “Ótima, gostei bastante, me ajudou profissionalmente.”.

Participante nº10: “A título de aproveitamento da qualificação profissional adquirida durante o estágio, o Programa poderia considerar a possibilidade de expandir, contratando o estagiário ao término do período de estágio.”.

Participante nº11: “O programa foi de grande importância para minha qualificação profissional e acadêmica. O estágio foi minha primeira experiência de trabalho e, além da gratificação financeira, proporcionou uma experiência completa como futura Administradora Pública, principalmente no atendimento ao público e na gestão de pessoas. Pude também vivenciar na prática o conteúdo de muitas matérias estudadas durante o curso. Meu estágio chegou ao fim neste mês de junho, mas me sinto muito grata pela experiência nesses dois anos e pelas oportunidades que vieram e pelas que sei que virão a partir desse programa, que sem dúvidas, foi um dos melhores feitos para os jovens acadêmicos de Alagoas.”.

Participante nº13: “A experiência é ótima. Só precisamos de oportunidades para efetivação.”.

Participante nº17: “Foi uma boa oportunidade para conhecer como funciona uma instituição pública de ensino.”.

Os resultados demonstram que o Programa Pontapé desempenha um papel crucial na preparação dos alunos para o mercado de trabalho. Por meio das experiências práticas oferecidas, os estudantes tiveram a oportunidade de aplicar seus conhecimentos teóricos em

situações reais, desenvolvendo habilidades essenciais e obtendo uma compreensão mais profunda do funcionamento da administração pública.

O participante nº 17 ressalta a importância do programa ao destacar a oportunidade de conhecer como funciona o serviço público, especialmente na área da educação. Essa experiência é significativa não apenas por ser um estudante, mas também por permitir que ele se reconheça nesse ambiente, vislumbrando um futuro próximo na carreira pública.

Da mesma forma, os participantes nº 06 e nº 07 enfatizam como essa experiência foi fundamental para sua formação, corroborando a ideia de que o estágio atua como um elo entre a academia e o mundo profissional. Faria *et al.* (2011) defendem que essas vivências ajudam a aproximar o futuro administrador da realidade que ele encontrará após a conclusão do curso.

Por outro lado, embora a experiência tenha sido amplamente positiva e tenha contribuído para a qualificação dos participantes, como mencionado pelos participantes dos nº 10 e 13, ambos expressaram a necessidade de que o programa considere a possibilidade de contratação pós-estágio. Muitos estagiários expressam a expectativa de serem contratados ao final do estágio, especialmente após adquirirem experiência significativa e contribuírem para as atividades do órgão público. No entanto, a ausência de um caminho claro para a efetivação pode gerar frustração e desmotivação entre os participantes, a falta de oportunidades de efetivação pode criar uma desconexão entre a experiência prática adquirida e a realidade do mercado de trabalho. Os estudantes investem tempo e esforço no estágio, mas podem perceber que a experiência não se traduz em uma vaga efetiva, o que pode prejudicar sua percepção sobre a eficácia do programa em promover a inserção no mercado. Há uma necessidade evidente de políticas que promovam a efetivação dos estagiários após o término do programa. Isso não apenas beneficiaria os alunos, mas também as instituições, que poderiam reter talentos já familiarizados com suas práticas e cultura organizacional. Em suma, o Programa Pontapé se mostra como uma importante iniciativa para a formação de futuros administradores, oferecendo experiências práticas que conectam teoria e prática. No entanto, a inclusão de oportunidades de efetivação poderia enriquecer ainda mais o programa, proporcionando uma transição mais fluida dos estudantes para o mercado de trabalho.

Na resposta do participante nº 11, é abordado um ponto fundamental relacionado diretamente com os objetivos da pesquisa, que é a formação profissional. Nesse caso dentro da experiência de primeiro emprego. O participante destaca que sua experiência no programa foi sua primeira oportunidade de atuação no serviço público, especialmente na área de gestão

e atendimento ao público, um aspecto crucial para um estudante de Administração Pública. Segundo Madureira (2005), as políticas públicas de formação valorizam as áreas comportamentais, gerando certo protagonismo entre os alunos. Isso é particularmente relevante, pois a experiência prática no serviço público permite ao estudante desenvolver competências essenciais, além de ajudá-lo a se reconhecer como um agente ativo dentro desse contexto. Além disso, ao ingressar no serviço público, o aluno é exposto a dinâmicas culturais e sociais diversas. Essa vivência é enriquecedora, pois proporciona uma compreensão mais profunda das realidades com as quais terá que lidar em sua futura carreira. A formação acadêmica, portanto, ganha uma dimensão prática que vai além do ensino tradicional, permitindo que o estudante perceba as complexidades e nuances do ambiente em que atuará. O participante também menciona a importância da vivência prática dos conteúdos estudados em sala de aula. Essa experiência permite que as disciplinas teóricas se conectem a realidade do serviço público, destacando suas complexidades. Assim, o estágio se configura não apenas como um complemento pedagógico, mas como uma experiência transformadora que pode influenciar significativamente a trajetória profissional dos alunos. Essa ligação entre teoria e prática é essencial para a formação de profissionais mais preparados e conscientes de suas funções. O estágio possibilita que os estudantes não apenas apliquem o que aprenderam, mas também desenvolvam um senso crítico sobre as práticas administrativas, moldando a próxima direção que irão seguir em suas carreiras. Em suma, a resposta do participante nº 11 evidencia a relevância do estágio no desenvolvimento profissional e pessoal dos alunos. A experiência prática, aliada à formação acadêmica, não apenas enriquece o aprendizado, mas também prepara os estudantes para os desafios do mercado de trabalho, contribuindo para a formação de profissionais mais qualificados e conscientes de seu papel na sociedade. Essas respostas refletem a satisfação geral dos estagiários com a experiência, destacando não apenas o aprendizado e a qualificação adquiridos, mas também a necessidade de oportunidades de efetivação após o término do estágio. A sugestão de expansão do programa para incluir a contratação de estagiários é um ponto relevante que poderia beneficiar tanto os alunos quanto as instituições, promovendo a continuidade do desenvolvimento profissional.

Em resumo, as respostas dos participantes refletem a importância do Programa Pontapé na formação de futuros administradores públicos. Os depoimentos ressaltam a relevância da experiência prática como um elemento central para o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais, além de oferecer uma visão mais ampla do funcionamento da administração pública. Os participantes reconhecem o valor do estágio não

apenas como um complemento acadêmico, mas como uma experiência que pode moldar suas trajetórias profissionais e pessoais. Contudo, também emergem críticas sobre a efetivação após o estágio, indicando a necessidade de políticas que promovam a continuidade da carreira dos estagiários. Dessa forma, é evidente que o Programa Pontapé não apenas prepara os alunos para o mercado de trabalho, mas também poderia ser aprimorado ao considerar a efetivação, criando um ciclo de valorização que beneficie tanto os alunos quanto as instituições. A interseção entre teoria e prática, aliada a um suporte contínuo após o estágio, pode potencializar ainda mais a formação de profissionais qualificados e engajados na administração pública.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estágio curricular é uma parte essencial da formação profissional dos estudantes, pois oferece uma oportunidade prática de aplicar os conhecimentos adquiridos durante o curso em um ambiente real de trabalho. Essa vivência permite que os estudantes desenvolvam tanto habilidades técnicas quanto comportamentais, compreendendo a dinâmica organizacional e adquirindo experiência prática que pode ser determinante para sua inserção no mercado de trabalho. Os programas de estágio em governos têm uma importância significativa para os estudantes universitários, especialmente para aqueles que cursam áreas como Administração Pública, Direito, Ciências Sociais e outras relacionadas à gestão e políticas públicas. Essas experiências não apenas facilitam a transição entre o ambiente acadêmico e o profissional, mas também proporcionam uma compreensão mais profunda das políticas e práticas que regem o setor público. Além disso, o estágio possibilita aos alunos um contato direto com as realidades do serviço público, permitindo que desenvolvam um senso crítico sobre as práticas administrativas e os desafios enfrentados no dia a dia. Isso é particularmente relevante em um contexto em que a eficiência e a transparência nas instituições públicas são cada vez mais exigidas pela sociedade. Portanto, o estágio não é apenas um requisito curricular; é uma ferramenta valiosa que capacita os estudantes a se tornarem profissionais mais preparados e conscientes de seu papel na administração pública. Ao oferecer essa experiência prática, os programas de estágio contribuem para a formação de líderes que podem efetivamente enfrentar os desafios contemporâneos do setor público, promovendo um impacto positivo na sociedade.

O retorno dos estagiários em relação ao Programa Pontapé destaca-se como um ponto de grande relevância. Os dados coletados mostraram altos níveis de satisfação, bem

como a percepção de relevância para a carreira e melhorias nas habilidades, indicando que o programa está cumprindo seus objetivos de forma eficaz. Esse feedback positivo reforça a importância de programas de estágio bem estruturados e acompanhados, que proporcionam aos alunos uma transição mais suave e enriquecedora para o mercado de trabalho. O impacto do Programa Pontapé vai além do desenvolvimento individual dos estudantes. A inserção de jovens capacitados nas secretarias estaduais contribui para a melhoria dos serviços públicos, o que, por sua vez, favorece o desenvolvimento socioeconômico da região. A parceria entre instituições de ensino e o setor público gera benefícios mútuos, promovendo um ciclo de aprendizado e progresso.

No entanto, é importante ressaltar que, apesar dos resultados positivos, foram identificadas algumas críticas, embora apontem desafios, oferecem uma oportunidade valiosa para a melhoria do Programa Pontapé. Ao abordar as expectativas de efetivação, aumentar a divulgação, revisar a carga horária, é possível potencializar os benefícios do programa e garantir uma experiência mais enriquecedora para todos os participantes. O feedback dos estagiários é um elemento vital para a evolução contínua do programa, assegurando que ele atenda às necessidades dos estudantes e contribua efetivamente para sua formação profissional.

Em suma, a importância do estágio curricular reside não apenas na aquisição de competências práticas, mas também na formação de uma visão crítica e engajada sobre o serviço público. Essa vivência permite que os alunos compreendam não apenas as estruturas organizacionais, mas também as implicações sociais e éticas de suas decisões e ações. Essa formação integrada é essencial para garantir que os futuros profissionais estejam aptos a contribuir para a construção de uma administração pública mais eficiente, ética e transparente, que atenda às necessidades da população de maneira eficaz. Ademais, a experiência adquirida durante o estágio prepara os alunos para se tornarem agentes de mudança em suas comunidades. Ao se familiarizarem com os desafios enfrentados pelo setor público, os estudantes desenvolvem uma sensibilidade social que os motiva a buscar soluções inovadoras e inclusivas. Isso é crucial em um momento em que a sociedade demanda cada vez mais a participação cidadã e a responsabilidade social das instituições.

Investir em estágios curriculares vai além de simplesmente atender a um requisito acadêmico; é um passo estratégico fundamental para a formação de profissionais comprometidos e capacitados, prontos para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

Essa abordagem proativa na educação superior não só enriquece o perfil dos graduandos, proporcionando experiência prática e desenvolvimento de habilidades essenciais, mas também fortalece a conexão entre a academia e o mercado de trabalho. Além disso, ao promover a inserção de estudantes em ambientes profissionais, os estágios contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Graduandos que vivenciam a realidade do mercado, especialmente em áreas relacionadas à administração pública, têm a oportunidade de compreender e abordar as necessidades e aspirações dos cidadãos de maneira mais eficaz. Isso resulta em uma administração pública que não apenas responde, mas também antecipa demandas, refletindo a diversidade e complexidade da sociedade. Portanto, os estágios curriculares não são apenas um componente da formação acadêmica, mas uma ferramenta essencial para moldar profissionais que, ao final de sua formação, estejam prontos para atuar com responsabilidade, ética e inovação em suas áreas de atuação. Essa integração entre teoria e prática é vital para promover mudanças significativas e duradouras na sociedade.

## REFERÊNCIAS

- BORBA, Eder Fernando, ROCHA, Karla Marques da e FILHO, Antonio Guilherme Schmitz. **Google Formulários Primeiros passos e suas possibilidades**. Relatórios Técnicos do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais em Rede / Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais em Rede, Universidade Federal de Santa Maria. Vol. 5. n. 1 (2023) Jan/Dez. – Santa Maria: PPGTER/UFSM, 2023. Disponível em: <https://www.ufsm.br>. Acesso em 10 ago. 2024.
- COLOMBO, Irineu Mario e BALLAO, Carmen Mazepa. Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil. **Educ. Rev.**[online]. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br>. Acesso em: 28 out. 2023.
- CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. **O Ensino da Administração no Brasil. História da profissão**. Disponível em: <https://cfa.org.br>. Acesso em: 28 out. 2023.
- DENSCOMBE, Martyn. **The good research guide: for small-scale social research projects**. 4. ed. Maidenhead: Open University Press, 2010.
- FARIA, Edilene, BRASIL, Joedna, MELO, Jhæssika, CABRAL, Mariana, RAMOS, Patrícia e LIMA, Pedro IVO. **A formação profissional de estudantes de administração: a experiência do estágio supervisionado**. Disponível em: <https://sipe.uniaraguaia.edu.br>. Acesso em: 10 ago.2024.
- GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <https://acervo.enap.gov.br>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS. **Bacharelado em Administração Pública EAD**. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br>. Acesso em: 07 out. 2023.
- KUMAR, Ranjit. **Research methodology: a step-by-step guide for beginners**. 4. ed. Los Angeles: **Sage Publications**, 2014.
- LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**- 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003. Disponível em: <https://ria.ufrn.br>. Acesso em: 07 out. 2023.
- LAVALL, Jaqueline e BARDEN, Júlia Elisabete. Estágio não obrigatório: Contribuições para a formação acadêmica e profissional do estudante da UNIVATES. **Revista GUAL**, Florianópolis, maio de 2014. Disponível em: [www.gual.ufse.br](http://www.gual.ufse.br). Acesso em: 08 dez. 2023.
- MADUREIRA, César. A formação profissional contínua no novo contexto da administração pública: possibilidades e limitações. **Revista de Administração Pública- RAP**, vol. 39, núm. 5, setembro-outubro, 2005, pp. 1109-1133. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org>. Acesso em: 10 ago. 2024.

NEPOMUCENO, Gabriel Albino Ponciano, TRINDADE, Emmanuelle Nogueira de Medeiros e DAMAS, Rose Cristine da Silva Leite. **Seleção de estagiários na administração pública: um estudo de caso do Programa Pontapé do Estado de Alagoas, Brasil.** XXVIII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, La Habana, Cuba, 21 - 24 nov. 2023. Disponível em: <https://clad.org>. Acesso em: 08 dez. 2023.

PLANALTO, BRASIL. **Lei do Estagiário.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 28 out. 2023.

POUPART, J. A pesquisa qualitativa: Fundamentos e métodos. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos I tradução de Ana Cristina Nasser.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Disponível em: <https://acervo.enap.gov.br>. Acesso em: 10 ago. 2024.

POLZIN, Fernanda Ribeiro. **O estágio obrigatório como instrumento de inserção no mercado de trabalho.** Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Ponta Grossa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br>. Acesso em: 10 ago. 2024.

PROGRAMA PONTAPÉ. Site oficial. Disponível em: <https://pontape.al.gov.br>. Acesso em: 18 out. 2023.

PROGRAMA PONTAPÉ. Instituições cadastradas. Disponível em: <https://pontape.al.gov.br>. Acesso em: 18 out. 2023.

RODRIGUES, Fabiana Hildebrando Macaggi. **Percepções sobre o papel do estágio supervisionado na formação de Administradores Públicos: estudo de caso na UFPR-LITORAL.** Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2021. Disponível em: <https://litoral.ufpr.br>. Acesso em: 18 out. 2023.

SILVA, Valmir Rosa da. **O Estagiário na Administração Pública: a lei do estágio e a perspectiva de inserção do universitário no trabalho com este aprendizado.** Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br>. Acesso em: 18 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, **Sobre O Curso.** Administração Pública-Campus Arapiraca. <https://arapiraca.ufal.br>. Acesso em: 07 out. 2023.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2018. Disponível em: <https://acervo.enap.gov.br>. Acesso em: 10 ago. 2024.

## APÊNDICE A – FORMULÁRIO APLICADO AOS ESTAGIÁRIOS NA PESQUISA

**FORMULÁRIO**

<b>PERGUNTAS</b>	<b>OPÇÕES DE RESPOSTAS</b>
1. Qual é o seu curso de graduação?	ADM PÚBLICA/ ADM DE EMPRESAS
2. Em qual semestre você está atualmente?	Do 1ª ao 3ª/ Do 3ª ao 6ª/ Do 6ª ao 8ª/ Final do Curso
3. Você já participou do programa Pontapé? Se sim, qual foi o ano que iniciou o estágio?	Aberta
4. Como ficou sabendo do Programa?	Redes sociais/ Amigos/ Instituição de ensino/ Outros
5. Qual foi a duração do seu estágio no programa?	1 semestre/ 2 semestre/ 3 semestre/ 4 semestres ou mais
6. Dos benefícios abaixo, quais considera mais relevantes?	Salário e Auxílio Transporte/ Carga horária/ Experiência profissional/ Certificado
7. Considera a carga-horária adequada?	Concordo totalmente/ Concordo/ Neutro/ Discordo/ Discordo totalmente
8. Sua experiência no Pontapé foi positiva?	Concordo totalmente/ Concordo/ Neutro/ Discordo/ Discordo totalmente
9. O Programa contribuiu para seu desenvolvimento profissional?	Concordo totalmente/ Concordo/ Neutro/ Discordo/ Discordo totalmente
10. O Programa proporcionou habilidades para atuar na Administração Pública?	Concordo totalmente/ Concordo/ Neutro/ Discordo/ Discordo totalmente
11. O Programa contribuiu para aperfeiçoar habilidades pessoais?	Concordo totalmente/ Concordo/ Neutro/ Discordo/ Discordo totalmente
12. Alguma observação sobre suas experiências durante a participação no programa?	Aberta



## ANEXO B – LISTA DE INSTITUIÇÕES CONVENIADAS AO PROGRAMA

<b>36</b>		<b>Maceió - terça-feira</b>		<b>Edição Ele</b>	
		<b>14 de dezembro de 2021</b>		<b>con</b>	
TESTEMUNHAS:					
1. _____					
Nome: _____					
C.P.F.: _____					
2. _____					
Nome: _____					
C.P.F.: _____					
<b>ANEXO VII</b>					
<b>LISTA DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) CONVENIADAS AO PROGRAMA DE ESTÁGIO PONTAPÉ INICIAL.</b>					
<b>IES</b>	<b>CNPJ</b>	<b>CONVÊNIO</b>			
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JAYME DE ALTAVILA - FEJAL, conhecida como Centro Universitário CESMAC	12.207.742/0001-71 - matriz	CONVÊNIO UGPE/SEPLAG Nº 01/2021			
IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA, conhecida como Faculdade Estácio de Alagoas - ESTÁCIO FAL	02.608.755/0001-07 - matriz	CONVÊNIO UGPE/SEPLAG Nº 02/2021			
AESA ENSINO SUPERIOR DE ALAGOAS LTDA, conhecida como Faculdade da Cidade de Maceió	11.918.109/0001-29 - matriz	CONVÊNIO UGPE/SEPLAG Nº 03/2021			
ALAGOAS EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR LTDA, conhecida como Faculdade Impacto	21.190.428/0001-14 - matriz	CONVÊNIO UGPE/SEPLAG Nº 04/2021			
ADMINISTRAÇÃO ALAGOANA DE CURSO SUPERIOR LTDA, conhecida como Faculdade FAMA	37.774.430/0001-57 - matriz	CONVÊNIO UGPE/SEPLAG Nº 05/2021			
FAN - FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS LTDA	10.771.817/0001-17 - matriz	CONVÊNIO UGPE/SEPLAG Nº 06/2021			
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO BAIXO SÃO FRANCISCO DR. RAIMUNDO MARINHO, conhecida como FRM Penedo	12.432.605/0001-30 - matriz	CONVÊNIO UGPE/SEPLAG Nº 07/2021			
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS, conhecido como IFAL	10.825.373/0001-55 - matriz	CONVÊNIO UGPE/SEPLAG Nº 08/2021			
PITÁGORAS - SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	03.239.470/0047-83 - filial	CONVÊNIO UGPE/SEPLAG Nº 09/2021			
SEUNE - SOC DE ENSINO UNIVERSITÁRIO DO NORDESTE LTDA	01.280.666/0001-03 - matriz	CONVÊNIO UGPE/SEPLAG Nº 10/2021			
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, conhecida como UFAL	24.464.109/0001-48 - matriz	CONVÊNIO UGPE/SEPLAG Nº 11/2021			
FAPEC - FUNDAÇÃO ALAGOANA DE PESQUISA, EDUCAÇÃO E CULTURA, conhecida como Centro Universitário Mário Pontes Jucá - UMJ	01.073.457/0001-99 - matriz	CONVÊNIO UGPE/SEPLAG Nº 12/2021			
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS, conhecida como UNCISAL	212.517.793/0001-08 - matriz	CONVÊNIO UGPE/SEPLAG Nº 13/2021			
Universidade Estadual de Alagoas, conhecida como UNEAL	02.436.870/0001-33 - matriz	CONVÊNIO UGPE/SEPLAG Nº 14/2021			
UNIÃO DE FACULDADES DE ALAGOAS LTDA, conhecida como UNIFAL	02.751.616/0001-20 - matriz	CONVÊNIO UGPE/SEPLAG Nº 15/2021			
A SER EDUCACIONAL S.A., conhecida como UNINASSAU MACEIO - FAROL	04.986.320/0101-86 - filial	CONVÊNIO UGPE/SEPLAG Nº 16/2021			
SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO TIRADENTES S.A., conhecida como UNIVERSIDADE TIRADENTES - UNIT/SE (Pólo de Ensino à Distância - EAD)	13.013.263/0001-87 - matriz	CONVÊNIO UGPE/SEPLAG Nº 17/2021			
ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA conhecida como CAMPUS UNIP JATIUCA - UNIDADE EAD	06.099.229/0116-50 - filial	CONVÊNIO UGPE/SEPLAG Nº 18/2021			
SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO TIRADENTES S.A., conhecida como CENTRO UNIVERSITÁRIO TIRADENTES - UNIT - CAMPUS AMÉLIA M C UCHOA	13.013.263/0010-78 - filial	CONVÊNIO UGPE/SEPLAG Nº 19/2021			
UNIDADE REGIONAL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO LTDA, conhecida como FACULDADE UNIRB	15.121.017/0001-74 - matriz	CONVÊNIO UGPE/SEPLAG Nº 20/2021			
AMERICA EDUCACIONAL S.A, conhecida como FACULDADE UNIRB	28.844.791/0001-55 - matriz	CONVÊNIO UGPE/SEPLAG Nº 21/2021			
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A, conhecida como o UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR	38.733.648/0001-40 - matriz	CONVÊNIO UGPE/SEPLAG Nº 22/2021			
UNINTER EDUCACIONAL S/A	02.261.854/0001-57 - matriz	CONVÊNIO UGPE/SEPLAG Nº 23/2021			
INSTITUIÇÃO DE ENSINO AÇÃO EDUCACIONAL CLARETIANA, mantenedora do CLARETIANO - CENTRO UNIVERSITÁRIO	44.943.835/0001-50 - matriz	CONVÊNIO UGPE/SEPLAG Nº 24/2021			

Fonte: Alagoas, 2021.